

## CAPÍTULO 3

# A alienação como estratégia para o controle social dos indesejáveis: reflexões sobre a “loucura” no início do século XX a partir do entrelaçamento entre a biografia e a obra de Lima Barreto

*Patrick Silva dos Santos*

*O verdadeiro desafio para o estudioso da ideologia racial no Brasil, entretanto, é reconhecer que a aparente ausência de uma terminologia racial elaborada não significa a ausência de significados raciais. Conforme nos aproximamos do fim do século XIX, torna-se cada vez mais óbvio que o pensamento médico e as políticas de saúde pública no Brasil estavam profundamente informados por uma ideologia racial bastante precisa.*

*Sidney Chalhoub, Cidade febril.*

## INTRODUÇÃO

A intimidade com a loucura foi um traço marcante na trajetória do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto; o convívio em meio à alienação apareceu muito cedo em sua vida. Ainda criança, em virtude das ligações de seu pai João Henriques de Lima Barreto com o seu padrinho Afonso Celso, o visconde de Ouro Preto, e com o aprofundamento das mudanças institucionais iniciadas com o nascimento da República no Brasil, seu pai assumiu uma nova atividade laboral, para não ficar desempregado. Com isso, mudou-se com os filhos para a *Colônia de Alienados*, na Ilha do Governador, em 1890. Na época, Lima Barreto tinha apenas 8 anos de idade. O convívio do futuro escritor com as dinâmicas da Colônia foi limitado, pois ainda que subisse em árvores, se relacionasse com os internos e brincasse no enorme espaço da Colônia, tal dinâmica era comum à vida cotidiana da jovem criança apenas aos fins de semana. Durante a semana, o jovem Lima dedicava-se aos estudos na cidade, longe da Ilha que o menino tanto adorava (Schwarcz, 2017).

Em 1897, Lima Barreto ingressaria no curso de engenharia civil na *Escola Politécnica* (localizada no Largo do São Francisco de Paula, região central da cidade do Rio de Janeiro). Lá, fez alguns amigos e também desafetos, e acumulou algumas reprovações por causa de sua pouca aptidão para as ciências exatas (Schwarcz, 2017). Entretanto, com a inesperada doença de seu pai,<sup>1</sup> acabou sendo desfeitos os planos do jovem estudante. Foi assim que, em 1902, a loucura adentrou de vez na vida da família Barreto para não mais sair de vista. Com o estado mental de seu pai debilitado, Lima Barreto, aos 21 anos de idade, teve de se responsabilizar pelos cuidados do pai e toda a família, deixando para trás os cinco anos de Politécnica.

Afonso Henriques de Lima Barreto, ainda que recorrentemente seja lembrado como o escritor de Todos os Santos, nasceu no bairro de Laranjeiras no dia 13 de maio de 1881, a exatos sete anos antes da abolição formal da escravidão no Brasil. Lima Barreto foi o primogênito de um jovem casal de negros pobres que não foram vítimas do cativeiro e possuíam um nível educacional invejável para a época. Sua mãe, Amália Augusta de Lima Barreto (1862-1887) foi professora e proprietária do Externato Santa Rosa, situado na Rua Ipiranga em Laranjeiras; enquanto seu pai, João Henriques de Lima Barreto (1853-1922) foi tipógrafo da Imprensa Nacional; inclusive, o pai do escritor chegou a fazer preparatórios para cursar medicina em meados do século XIX.

---

1 Como descreveu Lília Schwarcz (2017) na biografia sobre Lima Barreto, a *neurastenia* é um transtorno psicológico e físico, cujas motivações são tanto endógenas como exógenas. Isto é, na primeira dimensão, corresponde a uma predisposição genética a ansiedade e depressão – ao passo que na segunda, refere-se a problemas relacionados a trabalho exaustivo, frustrações e situações traumáticas.

Mesmo que Lima Barreto tenha obtido uma educação invejável para a época, o escritor adquiriu muito cedo certa descrença em relação a um suposto aspecto transformador da educação em um cenário altamente hierarquizado racialmente como o brasileiro<sup>2</sup> (Carvalho, 2017). Os estigmas corporais de Lima Barreto foram responsáveis por garantirem, durante a sua vida, a interiorização de uma espécie de sensibilidade, mesmo em meio ao degrado manifestado nos impedimentos e na inadequação à posição social ocupada pelo escritor (Miceli, 2001).

No fim, o fechamento dessa triste página biográfica exemplifica e faz legível as lutas diárias vividas por muitas famílias “de cor” no pós-abolição junto ao contexto da Primeira República brasileira. Afonso Henriques de Lima Barreto faleceu em sua casa em Todos os Santos, no dia 1 de novembro de 1922, enquanto lia um exemplar da *Revue des Deux Mondes*. Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, recobrou a consciência nessa tragédia, perguntou sobre o filho primogênito, naquela altura já falecido, e 48 horas depois foi a vez do patriarca da família falecer, no dia 3 de novembro de 1922.

## ALGUMAS APRESENTAÇÕES INICIAIS EM RELAÇÃO A “LOUCURA-LOUCO”

Ao refletir sobre as instituições asilares e o enclausuramento da loucura, Michel Foucault (2019) sustentou que, em um primeiro momento, a figura do miserável e o advento da miséria foram preteridos como os males da sociedade a serem tratados pelo viés do esquecimento por meio dos asilos. Porém, tal perspectiva passaria a não fazer mais sentido na segunda metade do século XVIII, no contexto de desenvolvimento do capitalismo moderno, pois o que antes foi um suposto *mal-estar* para aquela sociedade, foi convertido em *matéria-prima* fundamental para o sucesso da acumulação de capital. Com isso, passou-se a desvencilhar a hospitalidade como uma espécie de solução e/ou paliativo contra a indigência. Foi nesse contexto que se descolaria do fenômeno da indigência a sua correlação antes aferida junto às doenças mentais.

---

2 Segundo Howard S. Becker (1977), o papel da escola nas sociedades ocidentais e sua relação com a mobilidade social é uma questão problemática, uma vez que a educação em si mesma não representa um processo suficiente para tornar possível a mobilidade social. Como regra, a mobilidade social via escolarização só é possível na medida em que há posições sociais disponíveis nos estratos superiores; essa possibilidade de mobilidade social não se dá, sobretudo nas sociedades de tipo colonial. Nas áreas que possuem uma maior variedade étnica, há o hiato maior entre os grupos e as culturas subordinadas e dominantes. Em outras palavras, a escola tende a reproduzir nesse cenário a cultura dos estratos superiores, tornando desigual essa escola no ponto de partida, na distância da cultura de um grupo e a proximidade do outro.

Por mais que a sugestão de Foucault seja pertinente para pensar essa mudança de paradigma que ligava a pobreza e a loucura numa espécie de afinidade simbiótica, ela claramente possui seus limites analíticos, caso observemos os mesmos fenômenos nas sociedades periféricas, sobretudo no Brasil. É evidente que a mudança de paradigma tem relevante significância para compreender o desenvolvimento e os esquemas operados pelas instituições asilares ao longo da história. Todavia, se trouxermos para a realidade brasileira, aqui a hospitalização da pobreza no seio das instituições supostamente preocupadas com a saúde mental adentrou até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, cabe pontuar que, ainda que se trate de temporalidades distintas, o que ocorreu na França, na Inglaterra e nas demais nacionalidades da Europa ocidental não é passível de generalizações para toda uma pluralidade de vivências ocidentais. No caso brasileiro, o componente racial foi fundamental tanto nas dinâmicas de enclausuramento em instituições asilares (Costa, 2006), como na exclusão do mercado formal de trabalho (Fernandes, 2021), isso mais de um século após a mudança de paradigma analisada por Michel Foucault.

O surgimento de instituições de assistência médica aos “doentes mentais” no Brasil remonta à segunda metade do século XIX. Antes do surgimento dessas primeiras instituições, os acometidos por problemas psíquicos eram colocados em prisões comuns sob a justificativa de vagabundagem ou perturbação da ordem pública ou, às vezes, eram levados para serem encarcerados em celas especiais dos hospitais dirigidos pela Santa Casa de Misericórdia. Contudo, desde o decênio de 1830, o segmento médico passou a cobrar do poder público a construção de hospícios para os alienados, para se ter medidas de higiene pública guiadas por uma efetiva racionalidade médica (PortoCarrero, 2002; Costa, 2006; Hochman, 2012).

Porém, foi com o advento da República no Brasil que novos mecanismos de controle social foram pensados a partir do vocabulário da medicina. Vale ressaltar que isso não significa afirmar que a medicalização da sociedade surgiu com a República, pois desde o período monárquico, a Corte foi transformada em um imenso laboratório de experimentação das práticas da medicina social, que estiveram no centro programático de novas técnicas e estratégias de controle. Contudo, foi no início do século XX que a psiquiatria recalcularia sua rota no cenário brasileiro, sendo os novos rumos vinculados à difusão de uma perspectiva de higiene mental fortemente ligada à prevenção, cuja articulação esteve circunscrita em meio aos princípios médicos-eugênicos (Engel, 2001). Por tudo isso, ao analisar as mudanças de paradigmas psiquiátricos nas primeiras décadas republicanas, Jurandir Freire Costa salientou que

se a República desejava salvar a democracia, a primeira medida a tomar era o controle draconiano das pessoas de cor, até que, por intermédio da miscigenação

racial com o branco, elas se tornassem capazes de inserir-se convenientemente na sociedade. [...] a hierarquia biológica das raças sucedia no regime republicano a hierarquia de sangue da nobreza, a fim de perpetuar as desigualdades sociais. [...] Todavia, tal solução fixava de modo irredutível o regime de castas e negava o ideal democrático que apregoava a elite branca. Os intelectuais apoderaram-se, então, do fenômeno da miscigenação racial espontânea do povo brasileiro para erigi-lo, sob a forma de um *princípio de arianização*, em ideal de democracia racial. Desta maneira, codificaram uma prática que se desenvolvia naturalmente, atribuindo um valor ao grau de embranquecimento da pele. Desde então, o branco tornava-se superior ao mestiço, que, por sua vez, era superior ao negro. O princípio da arianização lançava as bases científicas do preconceito racial e legitimava as desigualdades sociais em nome da democracia. [...] Em síntese, o raciocínio destes intelectuais resumia-se em um postulado: enquanto o brasileiro não fosse branco, não teria direito à democracia. Esta advertência, entre outras conseqüências, deveria induzir os negros e mestiços a procurarem embranquecer a pele, e aos brancos, pobres e ricos, a exercerem a opressão sob o pretexto de defender a democracia (Costa, 2006, p. 45).

Devemos reforçar, então, que o entendimento sobre a loucura para além da dimensão estritamente patológica antecede o período republicano no Brasil, já que na ordem imperial, tal estigma foi mobilizado como uma das estratégias de exclusão de elementos populacionais indesejáveis. Paralelamente a isso, de fato representou um meio de abrir mão de indivíduos abandonados à própria sorte. Tal mecanismo foi mobilizado nos últimos anos do período monárquico, mas foi dentro da ordem republicana que sua utilização se intensificou e se consolidou (Engel, 2001). Logo, em muitos casos, a alienação representou um eufemismo justificador do desamparo social para os grupos antes explorados como “máquinas” e que posteriormente seriam descartados, para, afinal, serem estigmatizados como indesejáveis e incompatíveis com o ideal modernizador desejado. Assim, parte significativa dos

psiquiatras tinham nas estatísticas um pretexto para confirmar o preconceito racial. Os indivíduos não-brancos, sendo portadores hereditários de predisposição sífilítica, representavam um perigo para a constituição eugênica do Brasil. [...] O mesmo fenômeno repete-se com o alcoolismo. Nas décadas de 20-30, a maioria dos psiquiatras brasileiros afirmava que o alcoolismo era mais frequente no negro, por causa de sua herança racial. Entretanto, os negros antes de serem submetidos à engrenagem social das cidades, apresentavam um índice de alcoolismo claramente inferior ao das doenças *constitucionais* (esquizofrenia,

psicose maníaco-depressiva etc.), que eram consideradas como atributo racial do homem branco. [...] Esta população já era, em grande parte, livre e urbanizada, o que nos leva a concluir que o alcoolismo crescia na medida em que se degradava o comportamento social e psíquico dos indivíduos, pressionados pela nova situação econômica em que viviam (Costa, 2006, p. 112).

No contexto brasileiro, tal estigmatização foi um condicionante antiliberal formulado ideologicamente para intervir, de modo arbitrário, no seio de um segmento específico da população brasileira. O alvo de tais medidas e dos mais variados diagnósticos alienantes foram preferencialmente negros e os demais grupos advindos do “cruzamento” genético com tal grupo. Embora parte considerável das enfermidades mentais classificadas por *constitucionais* estivessem vinculadas aos brancos, por exemplo, a *psicose maníaco-depressiva* ou a *esquizofrenia* etc., no fim tais evidências pouco importavam, porque o que realmente estava em jogo não eram certas patologias clínicas, mas sim o controle de elementos populacionais indesejáveis em uma nova ordem que se pressupunha de “iguais” (Costa, 2006).

## LIMA BARRETO E SEUS ENCONTROS MAIS ÍNTIMOS COM A “LOUCURA”

Segundo Magali Gouveia Engel (2003), a internação do pai gerou um impacto considerável na vida pregressa de Lima Barreto. Foi em agosto de 1902 que João Henriques de Lima Barreto teve a sua primeira crise de alucinações; a partir desse momento, o pai de Lima não se recuperaria mais. Posteriormente, as próprias crises de delírio do escritor e as duas internações no Hospício Nacional de Alienados foi tornando-o cada vez mais íntimo da loucura, fornecendo a ele os componentes essenciais para suas reflexões críticas formuladas em relação a loucura, muitas das vezes colocando à prova algumas certezas científicas defendidas pela psiquiatria do período.

Com o adoecimento permanente do pai, Lima Barreto rumou junto à família para um novo lar, no subúrbio do Rio de Janeiro, no bairro de Todos os Santos. Além da aposentadoria do pai enfermo, Lima Barreto passaria a depender do seu salário de amanuense como meio de garantir a subsistência familiar (Barbosa, 2012; Schwarcz, 2017). Foi a partir desse ponto da vida que se iniciou uma trajetória dividida entre o serviço público, a devoção às letras e ao álcool, sendo as letras e o álcool companhias presentes até o último suspiro do escritor fluminense.

No dia 18 de agosto de 1914, o carro-forte da polícia de Guaratiba sacolejava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro em direção à praia da Saudade, onde se erguia, soberbo, o prédio de arquitetura neoclássica do Hospício Nacional de

Alienados (antigo Hospício de Pedro II), construído nos áureos tempos que marcaram o início do longo reinado do segundo e último imperador do Brasil. Dentro da “antipática almanjarra de ferro e grades”, viajava um “pobre diabo” que, não tendo onde se segurar, batia “[...] com o corpo em todos os sentidos, de encontro às paredes de ferro [...]”. [...] Quem seria esse “pobre diabo” que, através de uma vigia gradeada, era observado pelas “caras curiosas dos transeuntes”? O “doido” que se encontrava no carro-forte era Afonso Henriques de Lima Barreto, que vivenciava a sua primeira experiência de internação no Hospício Nacional, decidida por seus familiares, que contaram com o auxílio da polícia (Engel, 2003, p. 57).

Afonso Henriques de Lima Barreto foi internado em duas ocasiões em razão do consumo excessivo de bebidas alcoólicas. A primeira internação se deu em 1914 e a segunda internação ocorreu nas vésperas da última semana de 1919 (Barbosa, 2012; Schwarcz, 2017). Na internação de 1914, Lima Barreto denunciou a arbitrariedade de como se processou essa sua primeira experiência; para Lima, a real motivação para o seu confinamento no Hospício Nacional esteve ligada à sua fama cáustica e por sua adesão à doutrina anarquista. O correto foi que Lima Barreto, após ter recebido o diagnóstico de problemas relativos ao alcoolismo, foi transferido para a seção Calmeil, onde permaneceu até receber alta no dia 13 de outubro de 1914.

Observando a foto que repousa sob a ficha de Afonso Henriques de Lima Barreto, presente nos arquivos do antigo Hospício Nacional de Alienados, causa certa estranheza que, mesmo com tal foto anexada à ficha do escritor, seus dados foram descritos assim: *Nome: Afonso Henriques de Lima Barreto; idade: 33 anos; cor: branco; estado civil: solteiro; nacionalidade: brasileira; profissão: empregado público; entrada: 18 de agosto de 1914; diagnóstico: alcoolismo; tratamento: purgativo, ópio*. Lima Barreto foi “transformado” em branco. Sobre o indicativo da cor do escritor em sua ficha de internação, Lilia Schwarcz (2017) salienta que a estranheza causada por tal indicação, uma vez que, à primeira vista, a foto de Lima seria o primeiro aspecto a contradizer essa aferição. Por outro lado, Lima Barreto se definia como um escritor de origem africana, cuja literatura esteve voltada tanto para os costumes, quanto para os sofrimentos da população negra. Assim, Schwarcz nos explica que, nesse aspecto, estaria “mais uma prova da maneira perversamente brasileira de negociar com a cor” (Schwarcz, 2017, p. 279).

De certo, não temos como saber como se deu a definição “cor: branca” a Lima Barreto no interior do Hospício Nacional em sua primeira internação. Cinco anos mais tarde, em 1919, em sua segunda passagem como interno da instituição, Lima deixaria de ser definido por “branco” e seria definido por “pardo”. No Natal de 1919,

Lima Barreto seria conduzido pela segunda vez ao Hospício Nacional. Nessa segunda internação, o romancista social ficou no Pavilhão de Observação do hospício, sendo transferido para a seção Pinel no dia 26 de dezembro, após a confirmação do diagnóstico de alcoolismo. Permaneceu na seção Pinel por três dias, até ser transferido novamente para a seção Calmeil por intercessão direta do diretor do hospício, o médico-psiquiatra Juliano Moreira (Engel, 2003). Tal assertiva foi, inclusive, tornada pública pelo escritor em entrevista concedida ao periódico *A Fôlha* do Rio de Janeiro. A entrevista foi publicada na edição de 31 de janeiro de 1920 (Barreto, 1961d, p. 257-260). Seguem partes da entrevista:

– Então Lima, que é isso?

– É verdade. Meteram-me aqui para descansar um pouco. E eu aqui estou satisfeito, pronto a voltar ao mundo.

– Boa, então, esta vidinha?

– Boa, propriamente, não direi; mas, afinal, a maior, senão a única ventura, consiste na liberdade; o Hospício é uma prisão como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela. Para mim, porém, tem sido útil a estadia nos domínios do Senhor Juliano Moreira. Tenho coligido observações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna dos hospitais de loucos. [...] Nessas páginas contarei, com fatura de pormenores, as cenas mais jocosas e as mais dolorosas que se passam dentro destas paredes inexpugnáveis.

[...] – Mas não te reconheceu ninguém?

– Até então, não. Nem eu fiz por isso. Queria, ao contrário, passar despercebido, para observar melhor e mesmo para verificar, por experiência própria, a maneira como eram tratados os loucos desprotegidos e sem dinheiro – que no Hospício também predomina o “pistolão”, é preciso que se note. Logo que me soltaram, entretanto, deram-me uma vassoura e mandaram-me varrer o “pavilhão de observação” e, depois, o parque. [...] E, passivamente me submeti e dei conta do serviço. Foi quando terminava de varrer o parque, que um pensionista me reconheceu e denunciou. No dia seguinte me visitava o meu amigo Humberto Gotuzzo e me fazia transferir para a secção em que até agora estou (Barreto, 1961d, p. 258-260).

Quando Lima Barreto falava sobre o fato de também haver “pistolões” no hospício, ele estava se referindo ao tratamento diferenciado dado aos pensionistas em contraposição aos “indigentes”, isto é, os internos sem meios financeiros de se manter na instituição. Como sugeriu Marco Antonio Arantes (2008), no interior do Hospício

Nacional de Alienados, o Pavilhão de Observação e a Seção Pinel foram uma espécie de bode expiatório da República brasileira, pois eram em ambas as seções que ficavam internados os indivíduos pertencentes às denominadas “classes potencialmente perigosas”, com um potencial de se insurgir contra a ordem política e social estabelecida. Foram mantidos nesses espaços: miseráveis, indigentes, mendigos, malandros, ladrões, alcoólatras e os demais agentes sociais desprovidos de condições financeiras para arcar com os custos da própria estadia na instituição. Tanto o Pavilhão de Observação, como a Seção Pinel funcionaram como espaços por excelência para a experimentação científica, ou seja, espaços para testar as práticas psiquiátricas e colocar à prova as “teorias científicas”.

Sob tal caráter moralizador da medicalização da sociedade, refletiu Lima Barreto um pouco mais de um ano antes da sua segunda internação no Hospício Nacional. Em seu artigo “Da minha cela”, publicado na *Revista A. B. C.*, em 30 de novembro de 1918, indica bem a percepção do escritor em relação aos elementos moralizadores que informavam tanto a administração estatal quanto a medicina do período. Na ocasião da escrita do artigo, Lima Barreto se encontrava internado no Hospital Central do Exército. Inclusive, um pouco menos de vinte dias após adentrar na instituição, ele escreveu para Monteiro Lobato comunicando-o de sua internação (Barreto, 1918).

Lima Barreto criticou fortemente a assertiva de determinados periódicos e jornais da sua época, informados pelos estigmas legitimados pelas ciências médicas, que creditavam ao movimento de massas russo iniciado em 8 de março de 1917, uma suposta degradação moral e social causada pelo consumo de vodca. O mesmo aqui não ocorreria em razão da ausência de tal degradação social e moral mediada pelo suposto consumo excessivo de álcool, porém Lima questionou tais assertivas; segundo ele, os articulistas da imprensa omitiam o fato de “que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da ‘cachaça’, aguardente de cana” (Barreto, 2004a, p. 403).

Na perspectiva do escritor carioca, as pessoas seriam arrastadas para seu consumo pelo “vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demotênica Associação Comercial” (Barreto, 2004a, p. 403), vivendo na espreita “à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente” (Barreto, 2004a, p. 403). Uma vez que eles compreendiam os movimentos de massas como consequências da “degradação moral” e não tínhamos tais critérios para seu desenvolvimento, Lima sustentou que tais articulistas se esqueceram “ainda mais das epidemias de loucura coletiva, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia;

*Mukers*, no Rio Grande do Sul, etc.); esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”))” (Barreto, 2004a, p. 403).

Nesse sentido, seguindo a linha de raciocínio de Lima Barreto, a medicalização moral informada pelos saberes médicos articulou-se com o medo republicano quanto a sua tomada como uma espécie de remédio para combater possíveis insurreições contra a ordem estabelecida, além do medo em relação a *ideias e práticas anarquistas e maximalistas*. Havia naquela sociedade brasileira a concepção, por parte das elites políticas e dos articulistas da imprensa, de que tanto o anarquismo quanto o maximalismo não possuíam forma alguma de organização governamental. Em relação ao maximalismo, rebateu Lima: “o que é Lênin? O que são os *soviets*? Quem é Trotski? Não é esta alguma cousa ministro como aqui foi Rio Branco, com menos poder do que o Barão, que fazia o que queria?” (Barreto, 2004a, p. 402).

A tais críticos, o escritor Lima Barreto provocava-os esperando uma resposta em relação a existência ou não de organização “de governo, na Rússia de Lênine. Se é por isso só que implica com o bolchevismo” (Barreto, 2004a, p. 402). Lima acreditava que era esse “ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo” (Barreto, 2004a, p. 402); “essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro”, tal “burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos” (Barreto, 2004a, p. 402). Então, seria em meio a esse medo de desestabilização político-social que os órgãos do Estado brasileiro selecionariam arbitrariamente alguns de seus internos com a premissa de terem algum desvio moral, convertendo-o em enfermidade mental.

Na ocasião da segunda internação, Lima Barreto, encontrava-se com um semblante mais enigmático do que o presente no registro de sua internação anterior. Nessa segunda internação, ocorrida no final de dezembro de 1919, Lima Barreto apresentou-se com uma fisionomia abatida, olhar de tristeza, frustrado com os rumos tomados em sua vida, muito provavelmente com os seus sonhos cada vez mais distantes de se concretizarem. As pistas para desvelar sua tragédia pessoal são muitas: desde as sucessivas frustrações em relação a sua produção literária, a disparidade entre posição social entendida como merecida por suas capacidades intelectuais e a posição social real mediada por hierarquias raciais e uma mobilidade social rígida, o adoecimento do pai e o abandono de seus projetos para se tornar mantenedor de sua família. Dentre as mais variadas pistas, Carlos Maul (1887-1973) fez um instigante relato em relação a seu amigo Lima Barreto:

Fui seu amigo sem ser seu companheiro de noitadas no bar do Braço de Ferro.<sup>3</sup> Questão de diferença de temperamento e de falta de tempo vadio para encher de desbragamentos boêmios. Aos que estudam a obra vasta e espantosa de Afonso Henriques de Lima Barreto, produzida em prazo curto e reveladora de uma cultura que não se obtém sem muito esforço e continuidade, parece um milagre – ter ele conseguido tanto numa vida breve e agitada como foi a sua. Certos analistas superficiais pretendem ver no romancista suburbano um recalcado contra uma sociedade sofisticada que o desprezaria sob a pressão do preconceito de côr. Ele seria o porta-voz da revolta dos humildes das zonas pobres em hostilidade aos senhores das zonas abastadas... Daí o notar-se em seus escritos a predominância dos personagens obscuros e sofredores (Maul, 1967, p. 35-36).

Prossegue Carlos Maul sobre sua crítica em relação a tal movimento de análise em relação a Lima Barreto:

Tenho motivos pessoais para não aceitar como moeda sã essa que corre com fumos de psicologia para nos pintar um Lima Barreto mulato com ódio de branco, pois nunca lhe ouvi qualquer queixa ou comentário que denunciasses pensamentos nesse sentido. Aliás os seus mais afetuosos amigos eram todos brancos e ele os estimava bastante. Mas por que se embriagava Lima Barreto com frequência? Pergunta-se se não teria havido aí a intervenção de um amor frustrado. Buscaria nos excessos alcoólicos o esquecimento... Pelo menos foi o que me deu a entender num de seus momentos de agitação, ao revelar-me que determinado indivíduo se casara com a mulher que ele elegera para alvo de seus afetos. Chegou a citar um nome, nada disse que denunciasses a discriminação racial. Em todo o caso, o certo é que ninguém soube que Lima Barreto houvesse tido na vida uma ligação amorosa ostensiva (Maul, 1967, p. 36).

---

3 Cf. *Bar Zum Alten Jacob* (também conhecido como *Bar do Braço de Ferro*). O bar foi fundado em 3 de janeiro de 1887 na Rua da Assembleia, nº 102 com o nome *Zum Schlauch*. Em 1915, o bar mudaria de nome pela terceira vez, passando a se chamar *Bar Adolph*, nome que perdurou até 1942, quando, em meio à organização de manifestações truculentas contra os estabelecimentos comerciais de origem alemã em virtude da campanha nazista na Segunda Guerra Mundial (ainda que o bar tenha sido fundado por judeus), foi rebatizado novamente, dessa vez como *Bar Luiz*, permanecendo assim até o seu fechamento em 2022, com a decretação de falência do bar por parte do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O bar era popularmente chamado de “Braço de Ferro” por conta do costume do seu proprietário de disputar partidas de queda de braço com alguns de seus clientes. Esse bar era frequentado por figuras como Olavo Bilac, João do Rio, entre outros. Segundo relato de Carlos Maul, foi também um dos espaços de “noitadas” desfrutadas pelo escritor Lima Barreto.

O intelectual Carlos Maul manteve relações com Lima Barreto no período em que ele dirigiu, junto com José Veríssimo Filho, a *Revista Floreal*.<sup>4</sup> Todavia, pode ser que o relato de Carlos Maul faça sentido e seja verdadeiro do ponto de vista de sua relação com Lima Barreto, embora isso não signifique que, em relação a outros amigos, Afonso Henriques não possa ter descrito outras coisas que viessem a entrar em conflito com essa confissão feita por ele. Nesse sentido, devemos nos indagar: qual era o grau de amizade entre ambos? Até que ponto Lima confiava questões mais íntimas ao amigo? Até que ponto tais questões mais angustiantes para o autor não permaneciam confinadas a ele mesmo? Lima Barreto, um indivíduo desprovido de recursos, mantenedor de sua família, responsável pelos cuidados do pai doente, poderia constituir uma segunda família? Será que tal moça aceitaria ingressar em uma família cujo companheiro mantinha a subsistência familiar com poucos recursos?

Cada uma dessas perguntas é fundamental para compreendermos até que ponto as colocações de Carlos Maul de fato nos apontariam pistas seguras sobre os virtuais motivadores da tragédia pessoal do escritor Lima Barreto. De certo, parece correto afirmar que o relato de Carlos Maul, contemporâneo de Lima Barreto, foi extraído de suas memórias e tentou descrever a origem das angústias de seu amigo já falecido. Tal assertiva ou hipótese nos parece impossibilitada de uma confirmação derradeira em relação à veracidade ou não desse intrigante relato. É evidente que o relato de Maul difere substancialmente das perspectivas de pesquisas atuais em relação a Lima Barreto, inclusive da perspectiva nutrida pelo próprio Lima em seu *Diário íntimo* (Barreto, 1961c) e no “Diário do hospício” (Barreto, 1961b). Distintamente, confessou Afonso Henriques de Lima Barreto:

Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de tôdas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa dêste ou daquele (Barreto, 1961b, p. 47-48).

---

4 Revista fundada em 1907, de maneira coletiva, por jovens intelectuais pertencentes ao círculo íntimo de Lima Barreto. O idealizador desse projeto foi o editor-chefe da revista, Afonso Henriques de Lima Barreto.

Ratificando as colocações de Lima Barreto, as pesquisadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020) afirmam que o escritor carioca “não sofria de loucura ou alienação, segundo os termos da época” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 50); na verdade, Afonso Henriques “estava ‘doente do racismo’ vigente no Brasil, e descontava a crédito na bebida. Mas isso não importava diante da instituição em que fora internado” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 50). Embora as respostas para um enquadramento ao mesmo tempo real e total sobre os verdadeiros motivadores da tragédia pessoal de Lima Barreto não possam ser sinalizadas com relativa exatidão, no fim, em meio a tal impasse, creditamos à explanação do próprio Lima Barreto a qualidade de melhor resposta frente a diversas hipóteses sobre os motivadores de condição pessoal.

## EXPERIÊNCIA PESSOAL OU FICÇÃO? O ROMANCE *O CEMITÉRIO DOS VIVOS*

Em janeiro de 1921, foi publicado o equivalente às dez primeiras páginas do romance *O cemitério dos vivos* (1961a), com o título “As origens (trecho do *O cemitério dos Vivos*)”, na *Revista Souza Cruz*. A *Revista Souza Cruz* foi um periódico de expressiva circulação na primeira metade do século XX, tendo sido publicada de 1916 a 1935. O periódico começou suas atividades de forma mensal e posteriormente passou a ser bimestral. A revista chegou a contar com a colaboração de figuras ilustres das artes brasileiras, como Lima Barreto, Olavo Bilac, Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Cecília Meireles, entre outros.

Sua linha editorial estava voltada a realçar os aspectos culturais da época, comportamento e moda. Ainda que “As origens” tenha correspondido a partes de um projeto que posteriormente saberíamos estar inacabado, mesmo assim, nessas primeiras páginas tornadas públicas na *Revista Souza Cruz*, Lima Barreto expôs, a partir da sua experiência com a loucura adquirida em meio as duas internações, muito da sua negação às respostas deterministas que balizavam a discussão em relação ao binômio loucura-louco. Observemos por meio das próprias palavras do escritor Lima Barreto:

meu pai ainda tinha em muita evidencia traços de raça negra; e o seu primo, o doutor belga como todos os anthropologistas nacionaes, põe os defeitos e qualidades da raça nos traços e signaes que ficam á vista de todos. [...] Tinha grandes ambições intellectuaes, um grande orgulho de intelligencia, mas, não sentia nenhuma attracção pelo “doutorado” nacional, eu visava o Khamtchaka, os paizes exóticos, as regiões defesas á intelligencia. [...] Ainda mais: era meu proposito ambicioso de menino examinar a certeza da sciencia e isto – vejam só os senhores – porque, lendo um dia, nos meus primeiros annos de adolescencia, uma defesa de jury, encontrei este periodo: [...] “O réo meus senhores é um

irresponsavel. O peso da tara paterna dominou todos os seus actos durante toda a sua vida, dos quaes o crime de que é accusado, não é mais do que o resultado fatal. Seu pae era um alcoolico, rixento, mais de uma vez foi processado por ferimentos graves e leves. O povo diz tal pae, tal filho, a sciencia moderna tambem.” [...] Muito menino, sem instrucção sufficiente: entretanto, semelhante aranzel me pareceu abstruso e sobretudo baldo de logica e em desacordo com os factos. Conhecia filhos de alcoolicos, abstinentes: e abstinentes pais com filhos alcoolicos. [...] Demais um vicio que vem em geral pelo habito individual como pode de tal forma impressionar o aparelho da geração, a não ser para inutilisal-o, até o ponto de determinar modificações transmissiveis pelas cellulas proprias á fecundação? Porque mecanismo iam essas modificações transformar-se em caracteres adquiridos e capazes de constituirem em herança? [...] Não sabia responder isto e até hoje não sei responder, e ainda mais se me perguntava, nesse caso de alcoolico: no acto da geração, dado que fosse a verdade essa sinistra theoria da herança de defeitos e vicios, o pae já seria deveras um alcoolico que tivesse as suas cellulas fecundantes sufficientemente modificadas, egualmente, para transmitir a sua desgraça ao filho virtual? [...] Menino, pouco lido nessa cousa, como ainda hoje sou, a affirmação daquelle advogado de jury me pareceu menos certa do que se elle dissesse que um desvario, um máo genio tinha feito o seu constituinte errar, peccar, roubar ou assassinar. E’ mais decente pôr a nossa ignorancia no mysterio do que querer mascarar-a em explicações que a nossa logica commum, quotidiana, de dia a dia, repelle immediatamente e para as quaes as justificações com argumentos de ordem especial não fazem mais do que embrulhal-as, obscurecel-as a mais não poder (Barreto, 1921, p. 37).<sup>5</sup> [citação]

Antes mesmo de seu contato mais próximo com a loucura, Lima Barreto já se mostrava bastante avesso às concepções teóricas que pressupunham aspectos patológicos comuns e imutáveis a cada grupo racial. Desse modo, as explicações deterministas foram notadas pelo escritor como meras ideologias, sem qualquer amparo factual na realidade dos agrupamentos humanos. Nesse sentido, a vinculação simbiótica entre raça e alienação corresponderia a uma falsificação grosseira da realidade, servindo apenas para estigmatizar determinados agentes sociais. A suposta causalidade entre tais problemas tomados à época como males psiquiátricos e a herança genética previamente adquirida não se sustentariam diante de simples análise empírica de um elevado número de casos, não correspondendo as assertivas “científicas” de certos especialistas informados pelos dogmas deterministas.

5 Grafia conforme o original.

De alguma forma, no material publicado na *Revista Souza Cruz*, Lima Barreto não só externou suas amarguras e sentimentos vividos em suas internações no Hospício Nacional, como também se contrapôs a uma lógica preconceituosa, mascarada de “sciencia”, que enquadrava alguns extratos populacionais em posições de culpabilidade prévia sob o pretexto da noção de hereditariedade presente na caracterização tanto da loucura quanto do criminoso (Rodrigues, 2008). Tal perspectiva não era nova no debate médico-intelectual brasileiro. Algumas décadas antes, em 1894, foi publicado o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (Rodrigues, 1938), escrito pelo médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) que, em suas aulas de Medicina Legal, vinha se contrapondo ao Código Penal de 1890 (Brasil, [18--?]); com a publicação do livro, passou a se contrapor publicamente ao código penal, defendendo a criação de dois códigos penais em substituição ao código já existente: um para a população branca e outro para os demais indivíduos, sobretudo, os negros. Na concepção do médico baiano, a população negra era uma população degenerada, e isso seria supostamente observado tanto no aspecto relacionado a criminalidade, quanto no contingente de afrodescendentes e mestiços acometidos por alguma moléstia mental. Por isso, ao analisar ambos os problemas (criminalidade e loucura), muitas vezes Nina Rodrigues o fez como se fossem lados distintos de uma mesma moeda. Portanto, em Nina Rodrigues, em decorrência de problemas supostamente adquiridos pela hereditariedade e pelo aspecto racial do indivíduo – negros e mestiços – estes seriam mais propensos a aderir a um estilo de vida criminoso do que um indivíduo branco. Foi em meio a esse tipo de esquema de pensamento e sob forte influência de Cesare Lombroso que Nina Rodrigues desenvolveu seu ensaio de psicologia criminal, publicado em 1894. Assim, em seu esquema, as condições advindas da raça supostamente seria um componente importante a ser considerado no momento de imputação de dada responsabilidade penal (Rodrigues, 1938). Levando em consideração que, na produção ficcional de Lima Barreto, havia muito de projeção da própria vida do autor, tanto na história quanto em seus personagens, é possível aferir não só a recusa do escritor diante de tais assertivas, mas também o tanto que tais premissas foram angustiantes para a sua formação enquanto indivíduo (Bosi, 2008; Schwarcz, 2017).

Tinha, entretanto, já treze annos de idade. [...] Esse phraseado de advogado que mais acima citei, jamais me saiu da memoria. De mim para mim, pensei: se um simples bebado, pode gerar um assassino: um quasi-assassino (meu pae) bem é capaz de dar origem a um bandido (eu). Assustava-me e revoltava-me. Seria possivel que a sciencia tal dissesse. Não era possivel. Havia ali, por força uma alusão scientifica, um exagero, senão uma verdadeira imperfeição: e o meu

pensamento de menino foi estudal-a, mas bem depressa. Depois que a frequencia das predicas pusitivistas, deram-me, por negação, algumas vistas sobre as bases metaphysicas das sciencias, planejei estudal-as, decompol-os e marcar o grão de exactidão dos seus methods, a sua connexão com o real, a deformação que elle trazia ao que passava de facto bruto para o dado na theoria scientifica; havia de aquilatar a collaboração da fatalidade da nossa intelligencia nas leis, na contingencia d'ellas, as idéas primeiras – todo o programma de alta philosophia, de alta logica e metaphysica eu esboçava nos voltas com o calculo de *Pi*. [...] Parecia-me que estavamos quanto á experiencia, ao methodo experimental, caindo nos mesmos erros e exageros que os escolasticos medievaes com os seus principios aristotelicos, seus syllogismos e outras allusões e preconceitos lógicos, bem etiquetados, enfileirados e disciplinados. Sobretudo, no que tocava aos confins da biologia e do que chamam sociologia ou estudos sociaes, havia vicios insanaveis de pensar e tudo o que parecia inducção, resultado de experiencias honestas e conclusões de documentos que as equivaliam, devia merecer uma critica rigorosa, não só dessas experiencias e documentos, como tambem dos instrumentos de observação e de exame, – critica que, neste e naquelle ponto já vinha sendo feita por espiritos mais livres, mais ousados, libertos das tyrantias da tradição das Academias e Universidades (Barreto, 1921, p. 38).

Quanto à relação da autobiografia espelhada na ficção, Alfredo Bosi (2008) sugeriu que, no romance inacabado e publicado de forma póstuma *O cemitério dos vivos* (1961a), Lima Barreto acabou descrevendo um panorama altamente relevante das dinâmicas internas de uma instituição de reclusão de alienados – o *hospício*. Essa obra literária tinha tudo para ser o melhor trabalho do escritor, pois mesmo que a literatura brasileira “já conte com um alto número de memórias e escritos autobiográficos, são raras as obras que possam valer como testemunhos diretos e coerentes de um estado de opressão e humilhação” (Bosi, 2008, p. 13). Com certeza, estas são qualidades fundamentais tanto de *O cemitério dos vivos*, quanto de “Diário do hospício” (1961b).

Já em relação aos aspectos discriminatórios reproduzidos socialmente e legitimados pelos saberes “científicos”, Francisco Bethencourt (2018) nos informa que os mais variados esquemas discriminatórios entre os seres humanos estão longe de serem esquemas recentes; pelo contrário, remontam à antiguidade clássica. Contudo, foi apenas no período moderno que a classificação dos seres humanos passaria a comportar supostos atributos físicos, psicológicos e políticos imutáveis correlacionados a cada grupo “racial”. Tal perspectiva classificatória seria inaugurada no século XVIII, mais precisamente em 1735, com a publicação de *Systema Naturae*, do naturalista sueco Carl Linnaeus (1707-1778). Desde então, surgiram inúmeros teóricos e teorias

pseudocientíficas, com a finalidade de legitimar a hierarquização da raça humana (Schwarcz, 1993).

Publicado apenas em 1956, o romance *O cemitério dos vivos* foi uma espécie de ficcionalização e/ou relato feito pelo escritor carioca após a sua segunda internação no *Hospício de Alienados*. Tal relato, por si só, deu legibilidade a processos caros a uma parcela considerável da população, que conheceu toda a sorte das mais variadas formas de violência. Por isso, acreditamos que “um livro como este é rico em possibilidades de análise e reflexão sociológicas” (Becker, 2009, p. 242). Nesse sentido, os romances realistas que tinham como pano de fundo o cotidiano e os mais variados aspectos da vida social, com frequência nos ofereceriam uma alternativa semelhante com a análise tipicamente sociológica (Becker, 2009). Em outras palavras, tal alternativa poderia apresentar “mais detalhes dos processos envolvidos e mais acesso ao pensamento rotineiro das pessoas envolvidas. Esta é uma das razões por que muitos sociólogos usaram romances como fontes de conhecimento social” (Becker, 2009, p. 242).

Na segunda etapa de *O cemitério dos vivos*, ocorre um daqueles episódios em que a arte imita a vida; nesse momento do romance, entra em cena o protagonista, Vicente Mascarenhas, dando entrada no Hospício de Alienados em um dia de Natal, no ano de 1919, ocorrendo, assim, uma espécie de déjà-vu compartilhado entre *criatura* e *criador*. No entanto, foi de maneira lúcida que se iniciaram as reflexões em torno de sua internação e da violência utilizada em sua condução para aquela instituição de reclusão, destinada ao “confinamento da loucura”. Colocando lado a lado o *diário do hospício* e o *romance*, parece haver um movimento de indução do leitor, levando-o a um mergulho no real dentro do ficcional e *vice-versa*. O protagonista Vicente Mascarenhas dedicou as suas primeiras reclamações à instituição policial, ao dizer que a “polícia, não sei como e porque, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. [...] todo o cidadão de cômica há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados” (Barreto, 1961a, p. 151-152). Continuando com as observações, confessaria Vicente Mascarenhas mais adiante:

Feria-me também o meu amor-próprio ir ter ali pela mão da polícia, doía-me; e, mais me doeu, quando, nesse dia de Natal, eu tomei café num pátio, sem ser mesa, e, sem ser mesa, com prato sobre os joelhos, comi a refeição elementar que me deram, servida numa escudela de estanho e que eu levava à boca com uma colher de penitenciária (Barreto, 1961a, p. 153). [citação]

Lima Barreto externou reflexões sociais pertinentes pela voz de Vicente Mascarenhas. Tanto os questionamentos quanto as angústias descritas pelo personagem possibilita-nos refletir sobre o papel policial, sobretudo no

que concerne o uso da violência direcionada a determinados segmentos populacionais, os usos tardios do determinismo racial no contexto brasileiro e seus efeitos nas dinâmicas sociais; além da marginalidade exemplificada por meio do trato aos “loucos indigentes” que chegavam à instituição asilar pelas mãos das forças policiais.

Em certa medida, chama nossa atenção o fato de, mesmo com um fluxo tardio, as teorias deterministas em solo brasileiro tiveram seu uso dissimulado/adaptado à realidade local e, sendo informada por tais dogmas, a polícia descrita por Vicente Mascarenhas agia de forma arbitrária e/ou preconceituosa com os grupos que a “sciencia” da época buscou na sua adaptação local inferiorizar. Nas narrativas subsequentes, Mascarenhas detalhou que, na Seção Pinel do Hospício Nacional, em um

pátio que ficavam os mais insuportáveis, dez por cento dêles andavam nu ou seminu. Êsse pátio é a cousa mais horrível que se pode imaginar. Devido a pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dêle, é que tudo é negro (Barreto, 1961a, p. 185).

Na seção previamente referida, o “negro é a côr mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento” (Barreto, 1961a, p. 185).

A utilização por parte de Lima Barreto de uma miríade de cores em sua produção literária impôs-se como um importante instrumento demarcador que viabilizaria a acomodação de categorias relevantes, como geração, classe social, origem, hierarquia etc., que, no seio de seu fazer literário, foi de suma importância para os fins que o escritor buscava atingir com a sua arte (Schwarcz, 2018). Desse modo, podemos afirmar que, ao apresentar que no pátio da Seção Pinel a “cor mais cortante é a cor negra”, Lima Barreto acabou evidenciando uma mediação direta entre uma condição legível entre *pobreza* e a *cor da pele*, assim como vinculava-se dialeticamente também a *cor da pele* e a *alienação*. Foi assim que Afonso Henriques apresentou, no núcleo de sua obra ficcional, fenômenos sociais e alguns processos que invariavelmente permeavam outras dinâmicas sociais. Em outras palavras, a cor da pele operaria *a priori*, servindo como uma espécie de mecanismo supostamente seguro para atestar de forma inicial a loucura, suplantando muitas vezes o próprio diagnóstico médico e igualmente servindo para o enquadramento do binômio criminoso-criminalidade.

O fato de os negros terem sido proporcionalmente a maioria dos indivíduos presentes no pátio da Seção Pinel, não se dava por eles serem mais propensos à *alienação*, como outrora foi propagado e aceito no Brasil desde a segunda metade do século XIX.

Em verdade, Lima Barreto percebeu que a população negra estava naquele espaço em razão do abandono social. Ou seja, eram invisibilizados uma vez trancafiados na instituição asilar, pois isso não era digno de reflexão por parte das elites econômicas e políticas que se beneficiavam dessa nova coisificação e/ou atestado de inferioridade para homens e mulheres que antes eram vistos como meros instrumentos de trabalho.

Com o desenrolar do romance, Vicente Mascarenhas se questionava em relação ao seu martírio: “era também pela minha descendência que eu sofria particularmente” (Barreto, 1961a, p. 211), concluindo criticamente sua reflexão em relação à dimensão secundária do problema, isto é: a “tal hereditariedade dos sábios... E me reportaram tôdas as dúvidas, que eu e tanta gente tinha trocado essa antiga credence popular, agora transformada em artigo de fé” (Barreto, 1961a, p. 211). Mais à frente, na quinta parte do romance, Mascarenhas inicia desconstruindo tais critérios de observação e compreensão dos internos mediados pelos postulados deterministas supostamente incontornáveis da hereditariedade, reproduzidos socialmente como uma espécie de verdade absoluta, difundida pelos mais elevados saberes científicos. Desse modo, Lima Barreto, a partir da narrativa emprestada a sua criatura, questionou e, ao mesmo tempo, desmontou sistematicamente tais concepções, afirmando que

uma explicação da loucura, mecânica, científica, atribuída a falta ou desarranjo de tal ou qual elemento ou órgão da nossa natureza, parece que só há para raros casos, se há. (...) Procuram os antecedentes, para determinar a origem do paciente que está ali, como herdeiro de taras ancestrais; mas não há homem que não as tenha, e se elas determinam loucura, a humanidade tôda seria de loucos. Cada homem representa a herança de um número infinito de homens, resume uma população, e é de crer que nessa houvesse fatalmente, pelo menos, um degenerado, um alcoólico, etc. etc. [...] A explicação é acomodada, mas não é leal, antes traduz o desejo de não invalidar uma sentença (Barreto, 1961a, p. 218).

Observamos que, em *O cemitério dos vivos*, o escritor Lima Barreto tinha a intenção de influir, a partir de sua arte literária, no debate médico-psiquiátrico no contexto das primeiras décadas do século XX, mesmo que parcela significativa do trabalho tenha permanecido confinado até a sua publicação no decênio de 1950. Não podemos perder de vista que o conteúdo que informou a formação do romance remete, em parte, a sua experiência enquanto interno na principal instituição asilar do Brasil. Isso posto, fica evidenciado que Lima Barreto se contrapôs frontalmente às vogas “científicas” difundidas na sociedade brasileira daquele período, facilmente aceitas e sem grande autocrítica por parte do conjunto mais amplo da população. Em suma, o que estava invisibilizado pelos discursos e práticas médicas era o fato

de os tratamentos supostamente operados com as terapêuticas médicas, em tese voltados para lidar com problemas patológicos, em muitos casos serviu como uma ação que buscava dar respostas e lidar com problemas de cunho social mediados por preconceitos cristalizados.

Para Magali Gouveia Engel (2003), a relação íntima de Afonso Henriques de Lima Barreto com a loucura e as práticas psiquiátricas remontaria a algumas experiências do escritor ainda em sua juventude, a partir dos contatos estabelecidos com os indivíduos internados na colônia de alienados da Ilha do Governador e com os médicos que ali trabalhavam. Anos depois, Lima Barreto acabou desenvolvendo certo interesse pela leitura de obras psiquiátricas e, mais adiante, com as experiências adquiridas em suas internações em 1914 e 1919, aprofundou a sua relação pessoal com a loucura e com as práticas psiquiátricas do seu contexto. Decerto, esse conjunto de processos experienciados pelo escritor o levou a formular interpretações peculiares em relação ao fenômeno da alienação, inclusive desafiando abertamente a exclusividade antes reivindicada pelos médicos psiquiatras.

Afonso Henriques de Lima Barreto, em sua interpretação sobre a loucura, constatou que esta integraria uma espécie de universo misterioso, quase inacessível à compreensão médica ou leiga da época, mesmo reforçando esse caráter quase indecifrável da loucura. Ao mesmo tempo, Lima demonstraria a capacidade que ela tinha de desnudar algumas dimensões mais profundas, como a discriminação, a dor e a diversidade (Engel, 2003). Contudo, na tentativa operada por Lima Barreto “de esboçar, em tênues e vacilantes linhas, os rostos da loucura, lança mão de algumas crenças produzidas e disseminadas pela psiquiatria mescladas a percepções correntes entre os saberes e práticas do senso comum” (Engel, 2003, p. 75-76). Embora Lima Barreto tenha oscilado “entre cúmplice e crítico de todas essas concepções, é absolutamente intolerante em relação às pretensões e à prepotência da psiquiatria” (Engel, 2003, p. 76). Não obstante, tais noções do escritor quanto ao abandono e à discriminação por parte do Estado para com esses internos indesejáveis e também em relação à postura médica diante dos internos são provenientes de uma situação de degradação social. Nas palavras de Vicente Mascarenhas, Lima Barreto descreveu que

o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impersonalidade da lei, curador, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotinho da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar êsse serviço aparece aos olhos do facultativo, como a revolta de um detento, em nome da Constituição, aos olhos de um delegado de polícia. A constituição é lá pra você? (Barreto, 1961a, p. 219)

Por meio da descrição externada pelo protagonista de *O cemitério dos vivos*, podemos afirmar que ocorreu algo similar ao contexto da crise do Brasil imperial, quando recém-libertos pela Lei dos Sexagenários eram encaminhados ao hospício em virtude de sua condição de mendicância nas grandes cidades, após a conquista de uma “liberdade” sem qualquer estratégia efetiva de integração social por parte do Estado imperial, além do abandono sem a mínima obrigação por parte dos seus antigos senhores (Schwarcz, 2017). Na ordem republicana, o trato com os indivíduos pertencentes aos segmentos subalternizados não foi tão diferente, por isso, em diversos casos, a noção de *alienação* simbolizou igualmente um eufemismo para o desamparo e o abandono social de indivíduos classificados implicitamente por indesejáveis pela República brasileira.

Desse modo, o que Lima Barreto conseguiu apresentar por meio dos relatos emprestados ao seu protagonista Vicente Mascarenhas foi um testemunho vivaz do quão dissimulado se apresentava o Estado republicano brasileiro para os setores marginalizados da população. Observando a sentença em que Mascarenhas dizia: “aos olhos de um delegado de polícia. A constituição é lá pra você?”, somente reforça-se a ideia de ausência de uma cidadania plena para um determinado setor daquela sociedade, ao menos do ponto de vista prático. Assim, torna-se legível que, para uma parcela significativa da população, não eram apenas as benesses estatais que estavam distantes, mas o próprio estatuto de uma cidadania equânime também. Por tudo isso que, em *Lima Barreto: triste visionário*, Lília Schwarcz sintetiza corretamente a arte literária do escritor fluminense, sugerindo que

Lima mostrava nas letras como a própria estrutura social brasileira tratava a cidadania plena dos afrodescendentes e o quanto a escravidão permanecia como uma espécie de herança cujo confronto era sempre adiado. E por isso destacar as cores sociais significava enfrentar uma contradição central da sociedade. [...] Não restam dúvidas de como, de um lado, a realidade social era seu fermento na construção de suas criaturas, no desenho de seus destinos, na discriminação dos preconceitos, na discrição dos padrões de sociabilidade distintos que iam sendo criados durante a República (Schwarcz, 2017, p. 429). [citação]

Ao fim e ao cabo, mesmo publicado de maneira póstuma apenas em 1956, o romance *O cemitério dos vivos* está formalmente circunscrito enquanto uma obra ficcional inacabada, com sua produção localizada temporalmente junto ao alvorecer do decênio de 1920. Certamente, a obra pode ser apreendida como um romance que ainda tem muito a dizer em relação às persistências das hierarquias de mando e desmando, às quais parte da população brasileira ainda está sujeita, além das demais

formas de violência. Além disso, provavelmente *O cemitério dos vivos* seja o trabalho de Lima Barreto em que mais se confunda a dimensão ficcional com as experiências pessoais do escritor de Todos os Santos. O fermento para o texto foram muitos: suas frustrações, angústias, medos, revolta contra a ordem política estabelecida etc. No fim, foram estes alguns dos componentes expostos no desvelamento da artificialidade das ações estatais mediadas pelos saberes médicos, que funcionavam como uma espécie de instrumento confirmador dos interesses do *establishment*, atuando em relação ao enclausuramento de diversos indesejáveis *sem lugar e/ou deslocados* da modernidade republicana brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste capítulo, buscamos apresentar algumas reflexões pertinentes sobre a maneira pela qual a loucura e todas as suas correlações implícitas foram tornadas legíveis, a partir do prisma do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto. Como foi apresentado na epígrafe que abre o texto, não podemos esquecer que as premissas médicas assentadas no cenário brasileiro foram fortemente informadas por um conteúdo racial, e nos parece que o literato fluminense Lima Barreto, com toda a sua sensibilidade, percebeu tal entrelaçamento há mais de um século. Seu sofrimento e a experiência adquirida em suas duas internações no Hospício Nacional nos “presenteou” com uma potente reflexão sob o trato em relação à “loucura” no contexto da nossa Primeira República.

Na observação de Lima Barreto, os métodos médicos-psiquiátricos tiveram por funcionalidade legitimar a ideologia do establishment republicano, que teve no enclausuramento dos indesejáveis o meio de esconder aqueles supostamente incompatíveis com a sociabilidade desejada ou aqueles que pudessem desafiar o poder estabelecido. Se a escravidão presente entre nós por mais de três séculos, em alguma medida, foi a nossa primeira *instituição total*,<sup>6</sup> de maneira perspicaz e em outros termos, Lima Barreto percebeu que a política republicana de enclausuramento asilar tinha por mote central o apagamento do “eu” dos agentes sociais tornados *a priori* incompatíveis com os signos aos quais o país queria se vincular. Dizer isso não é negar a existência de patologias; pelo contrário, é observar, assim como Lima o fez, que não foi o problema central a ser enfrentado (isso se de fato o foi). Pobres negros em situação de mendicância (eram loucos); boêmios (loucos), anarquistas e socialistas (todos

---

6 Segundo Goffman (2008) as *instituições totais* são definidas como locais de trabalho, detenção, internação ou residência onde um número grande de indivíduos possuem situação semelhante, separados do conjunto mais amplo da sociedade, levando uma vida fechada e formalmente administrada. Tais instituições são responsáveis pela reconfiguração do “eu”.

loucos) etc. Em outras palavras, quaisquer indivíduos cuja forma de agir e pensar estivesse em desacordo com as convenções sociais compartilhadas pelos donos do poder republicano poderiam ser estigmatizados por loucos.

Afonso Henriques de Lima Barreto não foi apenas um mero observador de tais processos, mesmo que seu contato com as enfermidades mentais (factuais) tenha se dado demasiado cedo, em razão da nova morada familiar na Ilha do Governador e, posteriormente, do próprio adoecimento precoce do pai. Lima Barreto foi também vítima, não do álcool, mas sim de uma República que muito prometeu e não cumpriu; vítima do preconceito racial; vítima dos continuismos com o que havia de mais conservador na sociedade brasileira. Não por acaso Alfredo Bosi afirmou que esse era

o pensamento de um mulato humilhado e ofendido pela *República do Kaphet*, Lima Barreto. Mas aqui já entramos em uma outra história: a história do negro e do mestiço depois da abolição. Quem a estudar deverá desfazer outro nó: não o que atou liberalismo e escravidão, mas o que ata liberalismo e preconceito (Bosi, 1992, p. 245).

Ainda que hospícios não existam mais no Brasil desde o total fechamento dessas instituições por força da reforma psiquiátrica ocorrida em 2001, infelizmente, as reflexões de Lima Barreto continuam vivas. Pois, hoje, em vez do hospício, os indesejáveis são aglutinados nos presídios ou cada vez mais empurrados para as periferias das grandes cidades. Em última análise, para determinado segmento populacional, o Estado continua se ausentando quando falamos em direitos, mas, para tal segmento, parafraseando Max Weber (1999a), o Estado continua presente com o “seu uso da violência legítima”. Todavia, o que torna as reflexões e expressões artísticas de Lima Barreto atemporais para nós (brasileiros) são as persistências de um passado que tanto o aterrorizou e que insistem em existir entre nós. Ademais, tomando emprestado as palavras do saudoso professor de história literária Antonio Arnoni Prado “Temos que ler Lima Barreto porque somos um país socialmente injusto, somos um país onde os pobres continuam pobres e as elites continuam no lugar delas. Não é para aprender português que se lê Lima Barreto, lê-se Lima Barreto para aprender a ser brasileiro” (Prado, 2005, sp)<sup>7</sup>.

7 Ministério da Educação. TV Escola. *Lima Barreto: um grito brasileiro*. Série Mestres da Literatura [documentário]. Brasília, 2005.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Marco Antonio. Hospício de doutores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 49-63, jan-mar., 2008.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- BARRETO, Lima. [Correspondência]. Destinatário: Monteiro Lobato. Rio de Janeiro, 18 dez. 1918. Carta pessoal (Biblioteca Nacional do Brasil).
- \_\_\_\_\_. As origens (trecho de O Cemitério dos Vivos). *Revista Souza Cruz*, Rio de Janeiro, anno VI, s.n., p. 36-38, 1921.
- \_\_\_\_\_. *O cemitério dos vivos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.
- \_\_\_\_\_. Diário do hospício. In: \_\_\_\_\_. *O cemitério dos vivos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b. p. 31-118.
- \_\_\_\_\_. *Diário íntimo: memórias*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c.
- \_\_\_\_\_. *Toda crônica: Lima Barreto – v. I (1890-1919)*. Organização Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Uma entrevista. In: \_\_\_\_\_. *O cemitério dos vivos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d. p. 257-260.
- BECKER, Howard S. Escolas e sistemas de “status” social. In: \_\_\_\_\_. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 37-52.
- \_\_\_\_\_. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. O cemitério dos vivos: testemunho e ficção. In: BARRETO, Lima. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 11-39.
- BRASIL. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil* – commentado por Oscar de Macedo Soares. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, [18--?].
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, jan./abr., 2017.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ENGEL, Magali Gouveia. A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto – críticas e cumplicidades. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 57-98.

- \_\_\_\_\_. *Delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MAUL, Carlos. Meu encontro com Lima Barreto. In: \_\_\_\_\_. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: São José, 1967. p. 35-37.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. TV Escola. *Lima Barreto: um grito brasileiro*. Série Mestres da Literatura [documentário]. Brasília, 2005.
- PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938.
- \_\_\_\_\_. Mestiçagem, degenerescência e crime. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1.151-1.180, jan-mar., 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2018.
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – v. 1*. Brasília: UnB, 1999a.

